



“Comissários Inteligentes” na Amazônia Colonial: Ciência e natureza no tempo das demarcações (1750-1799)

Wesley Oliveira Kettle ¹

RESUMO

As monarquias ibéricas, a partir da assinatura do Tratado de Madri em 1750, contrataram e enviaram para a Amazônia homens de ciência capazes de realizar os trabalhos de demarcação dos limites entre as possessões de Espanha e Portugal. Os relatos elaborados por eles se constituem como um importante conjunto documental para a história da ciência na Amazônia colonial. Dessas fontes, selecionamos os trabalhos de Ignácio Szentmartonyi e João Ângelo Brunelli, astrônomos membros da Comissão Demarcadora, para analisarmos como esses personagens descreveram a natureza utilizando à linguagem científica, participando da rede de informações sobre os territórios de conquista do Império Ultramarino português.

Palavras-Chave: Demarcação de limites; Natureza; Amazônia colonial.

¹ Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Docente na Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil. wesleycx@yahoo.com.br

Wesley Oliveira Kettle

Para que se determinem com maior precisão, e sequer haja lugar à mais leve dúvida ao futuro nos lugares por onde deve passar a raia em algumas partes, que não estão nomeadas e especificadas distintamente nos artigos antecedentes, como também para declarar a qual dos domínios hão de pertencer as ilhas que se acharem nos rios que hão de pertencer de fronteira, nomearão ambas as Majestades, quanto antes, comissários inteligentes (Tratado de Madri art. XXII)

Celebrado no ano de 1750, o Tratado de Madri teve como objetivo principal estabelecer os limites entre os domínios dos reinos de Espanha e Portugal na América. A epígrafe, parte do artigo XXII desse acordo, destaca a urgência em nomear homens de ciência, chamados de “comissários inteligentes”, para os trabalhos de demarcação no Novo Mundo. A tarefa se anunciava como científica e estava, como vemos, diretamente relacionada à natureza, elegendo ilhas, rios, montanhas e outros elementos do que chamamos de mundo natural como referência para o estabelecimento das fronteiras.

Naquela altura, D. Fernando IV, rei de Espanha e D. João V, rei de Portugal, procuraram entre os seus súditos, homens que fossem capazes de realizar essas tarefas. Não encontrando, nomearam estrangeiros como comissários para integrar as expedições de limites na América. Os documentos históricos que revelam essas negociações e a qualificação dos homens de ciência pretendidos, apontam as universidades italianas e alemãs como pontos principais desse circuito.

Os contratados pelo rei de Portugal foram organizados em três diferentes grupos, chamados de tropas ou turmas, de acordo com as funções por eles desempenhadas. A primeira tropa foi chefiada pelo sargento-mor José Gonçalves da Fonseca, que tinha a missão de traçar a linha do Japurá ao Suriname, contava com o astrônomo alemão Xaverio Haller (que terminou se integrando à comissão espanhola acumulando a função de padre confessor), os oficiais alemães João André Schwebel, Adão Leopoldo Breuning e o cirurgião alemão Daniel Paneck (Reis 1948 p. 70).

O sargento-mor Sebastião José da Silva chefiou a segunda tropa, que contava com o astrônomo italiano João Ângelo Brunelli, o capitão alemão Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, o ajudante mantuano Henrique António Galúcio², o cirurgião Antonio Matos e o desenhador italiano Antonio Landi. A eles coube traçar a linha Este-Oeste, além de explorar o rio Amazonas. Esse grupo também realizou trabalhos pelos rios Tapajós e Xingu, produzindo uma série de mapas da região (Reis 1948 p. 71).

A terceira tropa de comissários foi chefiada pelo capitão Gregório Rebelo Guerreiro Amaro, tendo como tarefa percorrer os rios Madeira e Jauru. Faziam parte desse grupo o padre croata da

² Também encontramos grafado como Galuzzi e Galízio.

Wesley Oliveira Kettle

Companhia de Jesus Ignácio Szentmartonyi, o ajudante alemão Philippe Sturm, o também alemão tenente Manuel Götz e o cirurgião português Domingos de Sousa (Reis 1948 p. 72).

Após a contratação, os comissários ainda aguardaram por mais de um ano em Lisboa até que pudessem cruzar o Atlântico rumo à América do Sul. Durante a espera, notícias vindas do Vale Amazônico preocupavam alguns membros da Comissão de Limites, como por exemplo a falta de alimentos de origem bovina às mesas dos agentes coloniais e a baixa qualidade dos materiais que seriam utilizados para as medições (Mendonça 2003 p. 652-653).

A dimensão científica do trabalho das demarcações não deve ser compreendida isolada de aspectos materiais como a alimentação, habitação, transporte e outros elementos da vida vivida. Os relatos de descontentamento quanto às condições de trabalho circulavam não apenas entre o sertão e a cidade de Belém, como sede do poder colonial instalado no Grão-Pará, mas também informavam os indivíduos em diferentes pontos do Império português, seja em Lisboa, ou em outras regiões de fronteira.

Especialmente durante a segunda metade do século XVIII, período que escolhemos chamar de ‘tempo das demarcações’, os “comissários inteligentes” elaboraram uma série de relatos sobre a experiência que viveram no Grão-Pará. Neste artigo serão abordados os relatos de Ignácio Szentmartonyi e João Ângelo Brunelli, servindo-nos de fontes históricas para analisarmos essa produção de conhecimento buscava se apresentar como literatura científica, tendo como base o estudo da natureza amazônica.

Ainda em 1729 o rei português enviou os padres Em 1729, os padres Domenico Capassi (1694-1736) e Giovanni Battista Carbone (1694-1750) percorreram e descreveram parte da costa do Estado do Brasil. A partir de 1750 outro grupo de comissários desembarcaram no sul da América para realizar ali expedições de limites. Ao final do século XVIII também ocorreu a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Assim, as viagens de exploração que participaram Szentmartonyi e Brunelli faziam parte do plano de ocupação do sertão amazônico por parte da Coroa portuguesa e estavam circunscritas à tradição dessas expedições científicas que ocorreram na América portuguesa durante o século XVIII.

É importante considerar que a experiência concreta e a interação com o mundo natural no Vale Amazônico também conformaram a produção de conhecimento dos demarcadores que circulou entre as diferentes instâncias do Reino. Defendemos a perspectiva de que não foram apenas as

determinações da Coroa e o conhecimento teórico adquirido na Europa os únicos elementos formadores dos relatos sobre a natureza.

O conhecimento científico produzido a partir da experiência dos demarcadores pelas florestas e rios da Amazônia surge também diante das demandas políticas locais e atento ao conhecimento das populações indígenas sobre a natureza encontrada na região, mesmo que essa literatura, estrategicamente, pouco revele a participação desses personagens que foram indispensáveis para a realização dos trabalhos de demarcação pelos sertões amazônicos.

Os trabalhos produzidos pelos demarcadores, muitos deles inscritos no campo da História Natural, podem ser considerados científicos, não por terem sido elaborados em plataformas especiais, por trazerem nova luz para temas antigos ou por “virtude de alguma misteriosa faculdade”, mas pela busca em deixar de ser algo isolado e pelo fato de as pessoas envolvidas na sua elaboração estarem indicadas cuidadosamente no texto, ocupando o papel de aliados do autor. Objetiva-se persuadir o leitor demonstrando a formação de uma rede de indivíduos e instituições participantes desse processo que, em meio a discordâncias, garantem ao trabalho o status de documento técnico (Latour & Woolgar 1997 p. 58).

O artigo tem como objetivo discutir a construção do saber científico na Amazônia a partir dos relatos elaborados por Ignácio Szentmartonyi e João Ângelo Brunelli, dialogando com a historiografia das ciências que considera o conhecimento local como parte indispensável para a compreensão do que passamos a reconhecer e legitimar como Ciência Moderna. Essas leituras nos permitem desenvolver uma reflexão sobre o protagonismo dos personagens indígenas no contexto da história da ciência na Amazônia.

Este trabalho é resultado de pesquisas que temos desenvolvido sobre as visões de natureza dos demarcadores de limites e se insere nos debates em torno da circulação de informações como dinâmica da formação de uma rede de dados sobre o mundo natural que observado pelos europeus no Novo Mundo. O artigo busca refletir sobre a diversidade dos atores que participaram da construção desse circuito, identificando suas estratégias de sobrevivência na sociedade colonial.

Inicialmente abordaremos as “Notícias sobre o Rio Negro” de autoria do astrônomo Ignácio Szentmartonyi, em que, ao descrever as etnias que habitavam essa região, registra suas visões de natureza. Esse documento nos permite identificar os personagens envolvidos no processo de ocupação colonial e a construção do conhecimento sobre a região que envolveu nativos e europeus. Em seguida, apresentaremos aspectos da atuação de João Ângelo Brunelli como membro da Comissão de Limites e

suas percepções sobre o mundo natural. Por fim, analisaremos o discurso elaborado por Brunelli sobre o rio Amazonas, verificando suas estratégias de construção do saber científico no processo de interação com o conhecimento local.

Engenheiros, cirurgiões, e astrônomos de diferentes regiões da Europa participaram dessas expedições pelos rios e florestas do Vale Amazônico. Os testemunhos dessa experiência servirão de base para o nosso estudo sobre as visões de natureza dos homens de ciência no tempo das demarcações, que se inscreve em uma proposta mais ampla de compreender a ocupação portuguesa da Amazônia em uma perspectiva ambiental.

“NOTÍCIAS SOBRE O RIO NEGRO”: O MUNDO NATURAL DE IGNÁCIO SZENTMARTONYI

Na subida do Rio Negro, o primeiro é o Rio Anavinjena, à direita, e depois o Paravingena. Depois, à esquerda, é o Majuisshi, cinco dias distante do Arraial, onde estão os Baré, que habitam ao longo do mesmo Rio Negro. (...) Depois, seguem quatro cachoeiras de correnteza muito rápida (...). Entre elas, à esquerda do rio, habitam os Madivena, cujo chefe é Muru (Szentmartonyi 1753 p. 34).

O relato elaborado por Ignácio Szentmartonyi (1718-1793)³, húngaro, astrônomo da Comissão de Limites, sobre o Rio Negro, foi escrito em latim e intitulado “Sequente Notitiat de Rio Negro”. O documento⁴ descreve as nações indígenas que habitavam essa região, esforçando-se, como vemos no excerto, para apresentar a localização desses povos ao longo dessa via fluvial estratégica para o trabalho das demarcações.

Szentmartonyi fez uso do conhecimento dos indígenas com quem negociou e estabeleceu relacionamento para elaborar esse relato, tomando-os como testemunhas para construir sua descrição; militares que trabalhavam nessa região, como o irlandês Lourenço Belfort e cabos da Tropa de Resgate também contribuíram (Da Costa 1942); as experiências de traficantes de escravos particulares como Francisco Xavier Mendes de Moraes e Pedro Braga também serviram de fonte; e especialmente os relatos compartilhados por Achilles Avogadri, jesuíta e capelão de escravos no Rio Negro (Wright 2005 p. 29).

³ Ignácio Szentmartonyi nasceu em 28 de outubro de 1718 na cidade croata de Kotoriba que na altura fazia parte do Reino Apostólico Húngaro. Concluiu o liceu em Zagreb. Em Viena, iniciou sua participação na ordem religiosa ‘Companhia de Jesus’, especializando-se em estudos matemáticos. Foi contratado como astrônomo da comissão demarcadora e chegou ao Pará em 1753. Realizou medições de latitude e longitude no Baixo Amazonas e o cálculo. Segundo Carlos das distâncias entre Belém, Macapá e Mariuá (Moura 2008).

⁴ Este documento encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, apresentando uma nota manuscrita na primeira folha e o carimbo da Real Biblioteca nas páginas inicial e final, indicando sua origem. Foi traduzido por Robin Wright primeiramente do latim para o inglês e então para o português. Trata-se de uma importante fonte para o conhecimento histórico das populações indígenas que habitavam o rio Negro durante o século XVIII.

Wesley Oliveira Kettle

Além dos homens de ciência como Szentmartonyi, militares, secretários de governo e religiosos também elaboraram descrições sobre a natureza na Amazônia colonial (Kettle 2015). Esse tipo de tarefa se torna ainda mais frequente durante a segunda metade do século XVIII. Temos, portanto, as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira compondo uma das mais importantes expedições científicas pelos sertões amazônicos nesse período.

Maria de Fátima Costa demonstra em seus estudos como as descrições de Alexandre Rodrigues Ferreira dialogaram com os saberes locais. Segundo a autora, expedição contou com a participação de Agostinho Joaquim do Cabo, jardineiro-botânico, e os riscadores Joaquim José Codina e José Joaquim Freire. Entretanto é ressaltada a participação indispensável da população local, “mais precisamente de indígenas que deveriam ser treinados nos ofícios de preparadores de animais e aves” (2001 p. 995).

Os estudos de Mauro Cezar Coelho (2011) ampliam a análise sobre a atuação de Alexandre Rodrigues Ferreira no âmbito das demarcações de limites na Amazônia ao propor um novo olhar sobre as conexões entre os indígenas e a política de ocupação portuguesa, demonstrando como, apesar da condição subalterna, os nativos se apresentaram como sujeito ativos em contextos como as expedições de exploração. Dessa forma, o autor nos permite pensar como as viagens e descrições dos homens de ciência se configuram também como respostas às demandas originadas na colônia e não apenas como determinação originada na Metrópole.

O relato de Szentmartonyi buscou assumir a linguagem de um trabalho científico de acordo com os cânones europeus, preocupado em ser entendido pelos círculos acadêmicos e políticos. Entretanto, possui a característica de ser um conhecimento produzido a partir de múltiplas percepções sobre a natureza. Indígenas, luso-brasileiros, africanos, interferiram na elaboração desses trabalhos, participando da tarefa de localizar, coletar e embalsamar espécies para estudo ou envio aos jardins botânicos e outras instituições científicas europeias. Também foram consultados sobre as possibilidades de utilização curativa, industrial e comercial dos gêneros da terra (Domingues 2001 p. 826).

Os estudos de Serafim Leite demonstram como os clérigos europeus que atuavam no Novo Mundo observavam a Natureza, com a preocupação de identificar e cultivar as espécies com princípios curativos. Diante das muitas doenças que acometiam os agentes coloniais, essa tarefa se apresentava muito importante para o sucesso da colonização (Leite 1956). Formulada as porções curativas, eram remetidas ao Reino compondo um grande banco de dados dos conquistadores (Leite 1936).

As descrições dos demarcadores de limites também demonstram esse tipo de preocupação com as conservas de efeito terapêutico. Daniela Calainho nos informa que os medicamentos enviados do Reino para a América não eram suficientes, além de perderem a eficácia pelas condições da viagem, serem extraviados e custarem um valor muito elevado, obrigaram os agentes coloniais a buscar o conhecimento indígena e sertanejo sobre os recursos curativos locais, incorporando alguns elementos e práticas locais à medicina dita oficial (2005 p. 66).

Um aspecto da literatura científica produzida pelos demarcadores é a presença marcante dos rios. Esses caminhos fluviais são as principais referências utilizadas por Szentmartonyi para a construção de suas “Notícias sobre o Rio Negro”. Há a preocupação em registrar a denominação dos rios utilizada pelas nações indígenas. O Rio Branco, por exemplo, é apresentado como “Paravingena”, importante referência para os demarcadores, assim como a aldeia de Mariuá, onde estava marcado o encontro entre os comissários portugueses e espanhóis.

Assim, a narrativa descreve não apenas os habitantes dessa região e suas paisagens, mas também as rotas e dificuldades encontradas por aqueles que navegavam por essa região ou cruzavam a floresta por terra. Esses relatos destacavam as cachoeiras que, diferente da região do baixo rio Amazonas, caracterizavam o alto Rio Negro e também as correntezas que precisavam ser vencidas pelas canoas que percorriam toda essa área. Os testemunhos recolhidos por Szentmartonyi lhe permitiam compreender que o sertão era composto de múltiplas paisagens, valorizando ainda mais o trabalho científico de descrição da natureza.

A epígrafe que abre esta seção descreve essa região bastante povoada, contrariando uma visão que percebe esse lugar como um vazio demográfico. Essas nações indígenas, representadas por suas lideranças, negociavam com os colonizadores europeus, utilizando muitas vezes o conhecimento que possuíam sobre o sertão.

Estava em jogo a identificação dos caminhos fluviais, das montanhas e florestas por onde precisavam percorrer os homens de ciência. Essas rotas já haviam sido mapeadas pelos povos indígenas, que as utilizavam com frequência. Isso nos permite questionar uma história que reconheça essa região como intocada, de uma natureza prístina e que os europeus seriam os primeiros seres humanos a desbravar.

Ganhavam destaque e atenção as ilhas ao longo das rotas a serem percorridas pelos demarcadores, sendo mapeadas e descritas com detalhes de localização. A literatura científica produzida na Amazônia colonial apresenta experiências dinâmicas, nas quais os personagens se movimentam,

Wesley Oliveira Kettle

sobretudo, usando embarcações, percorrendo grandes distâncias, sendo uma característica peculiar dos catálogos, descrições, inventários, materiais cartográficos, entre outros trabalhos elaborados pelos comissários.

Ao Szentmartonyi incorporar informações de outros personagens a respeito da região, permiti-nos perceber a circulação de informações que pareciam ser míticas e desafiavam uma racionalidade científica que deveria pautar a elaboração dos relatos. A existência de um lugar onde haveria abundância de ouro é um exemplo dessas histórias:

O Padre [Avogadri] acredita que eles são donos de um celebrado lago coberto de ouro, em que há muito ouro; os Espanhóis o chamam “o lago dourado”. Pois, como o Padre afirma, os Boapés fazem do ouro preciosas lâminas que penduram nas suas orelhas. Várias dessas lâminas de ouro, o cabo da tropa de resgate, D. Bellforte - o Inglês, viu no Marañon e declarou que elas são de ouro excelente; e muitos índios as viram. Pois Braga, um certo Lusitano, foi às fontes mas fugiu dos índios e ficou com medo, dizendo que muitos índios ferozes o proibiram acesso ao ouro (Szentmartonyi 1753 p. 34).

A descrição sobre o “lago coberto de ouro” nos remete ao mito do “Eldorado” (Langer 1997 p. 25-40), que, como vemos no relato, estava presente não apenas no imaginário do astrônomo húngaro, mas também dos ingleses e portugueses envolvidos com o projeto de ocupação. Observamos a rede de informações dando sustentação aos trabalhos científicos, por onde circulavam ideias a serem investigadas, tendo a participação direta dos indígenas.

Segundo Bruno Latour, as descrições controversas e desconstruídas sobre o mundo natural geram as representações sobre a Natureza, explicitando as disputas entre os autores em busca da melhor explicação sobre o mundo. O discurso vencedor encerra a controvérsia e se transforma em pressuposto indiscutível e legítimo até que outro trabalho tenha resultados divergentes robustos a ponto de reabrir a discussão (2000 p. 164).

A descrição do Eldorado, assim como outros discursos sobre o Novo Mundo, também nos remete a questão de que os resultados são gerados em diferentes pontos do Império Ultramarino. É importante considerar que havia diversos homens de ciência espalhados por esse território produzindo conhecimento diverso sobre a fauna e flora desconhecidas na Europa, permitindo-nos pensar menos em uma produção cumulativa e mais em um processo dinâmico e sincrônico de construção do conhecimento (Latour 2000 p. 176).

Kapil Raj amplia essa discussão advertindo para o fato de que não apenas botânicos e naturalistas participaram da construção do conhecimento diante da experiência no Novo Mundo, mas amplo e diversificado conjunto de atores da sociedade colonial como comerciantes e homens de letras (2007 p. 18). Na Amazônia, podemos encontrar arquitetos, sertanejos, comerciantes, clérigos,

ouvidores, secretários de governo, soldados, chefias indígenas, artistas e governadores participando da ciência (Kettle 2015).

Para circular, o conteúdo deve estar em sintonia com a linguagem considerada científica, capaz de gerar resultados e ser acolhido pelos componentes dessa rede. A construção dos relatos como fatos científicos, isto é, objetos para convencer pessoas, controlar comportamentos e serem disseminados no tempo e no espaço, requer negociações cuidadosas entre os homens de ciência que, por sua vez, utilizam-se das mais variadas estratégias discursivas como forma de persuadir a audiência. (Latour & Wooglar 1997).

Bruno Latour nos adverte sobre o fato de que não apenas os humanos participam da constituição dessa rede tecnocientífica, mas também outros elementos tais como a literatura especializada, os espaços laboratoriais, instrumentos, máquinas e outros “atores não-humanos” (2000 p. 218). Isso pode ser observado em nossa análise sobre a produção de conhecimento na Amazônia colonial, inclusive podemos acrescentar a atuação dos outros animais e fenômenos da natureza nessa composição dinâmica e interativa.

Michel Callon parece ser ainda mais enfático quanto à importância da dimensão material para a compreensão do processo de construção do conhecimento ao longo da história, destacando as complexas relações envolvendo humanos, não-humanos e a tecnologia, sempre em movimentos que geram a rede tecnocientífica a ser analisada (Callon 1986). Em diálogo com esse tipo de interpretação, a pesquisa sobre as demarcações de limites na Amazônia colonial ganha uma nova dimensão ao considerar novos atores participando da história e a Natureza não como um cenário estático, mas como uma personagem (*agency*).

Esse tipo de abordagem nos permite pensar a construção da ciência em sua complexidade ao estudarmos com atenção as controvérsias entre os participantes desse processo. Bruno Latour também adverte para a importância de a sociedade reconhecer ou não os benefícios desses atores para que possam alcançar legitimidade e integrarem a rede tecnocientífica. Nesse sentido, o campo científico não deve ser compreendido isolado da sociedade (2000 p. 99).

A ciência desenvolvida pelos comissários demarcadores, seguindo o argumento formulado por Bruno Latour e Steve Wooglar (1997), deve ser compreendida como prática social de produção do conhecimento à medida em que esses personagens interagem nos limites das circunstâncias próprias da realidade amazônica, colaborando com nosso argumento de que é necessário ressaltar sua dimensão política no processo de colonização.

Além disso, é importante não perder de vista que “o destino de fatos e máquinas está nas mãos dos usuários posteriores” (Latour 2000 p. 100). Os resultados científicos dos trabalhos realizados pelos demarcadores não dependiam exclusivamente do seu valor intrínseco, estavam sempre sob o julgamento, requerendo de nós pesquisadores atenção quanto às repercussões no seio da sociedade colonial.

O interesse pelas “preciosas lâminas” de ouro fabricadas pelos Boapés indica o grande interesse pelos metais preciosos que ainda continuava forte nesse período, desafiando uma escrita racional e que buscava a linguagem científica frente aos mitos que muitas vezes moviam as viagens de exploração pelos sertões. Essa literatura produzida pelos comissários estava atenta ao metalismo, tornando isso uma questão presente nos relatos.

Seguindo a narrativa, o contentamento com a notícia sobre o lago dourado é interrompido com o relato sobre “um certo Lusitano” que teve medo da ferocidade dos índios Boapés que proibiram a retirada do ouro. Esse episódio nos permite pensar como as descrições buscavam caracterizar a recusa dos indígenas frente aos desejos europeus como atos de selvagens. É um equívoco, portanto, compreender os trabalhos científicos como peças neutras e imparciais. Ao contrário, assumiam um discurso político que influenciou as ações implementadas pelos governos ibéricos na América, circulando pelos mais diferentes espaços de poder.

Os medos identificados nas “notícias do Rio Negro” encontrados em terra firme estão relacionados com a “raiva e selvageria” expressas, segundo Szentmartonyi, pelos Maribibitenas que vendiam ou comiam seus prisioneiros de guerra. A preocupação em relação aos rios estava relacionada a ocorrência de pedras e “cachoeiras perigosas” que dificultavam as viagens por meio de canoas, causando acidentes e retardando as atividades de expansão e controle do poder colonial sediado na cidade do Pará (Szentmartonyi 1753 p. 36).

O mapeamento e descrição dos caminhos que interligavam os diferentes rios faziam parte dos objetivos desses oficiais. Seus trabalhos mesclavam questões técnicas e científicas com o medo de “gente gigante” que habitava essas regiões, tendo nos rios e cachoeiras as principais referências para as representações da paisagem (Szentmartonyi 1753 p. 33). Não que o limite entre mito e a Ciência fosse claro para todos os autores, mas podemos perceber um processo de mudança na construção desses relatos de viagem e descrições da natureza. A busca pela racionalidade, formulação de cálculos, explicação científica de fenômenos naturais conviviam com histórias míticas, compondo as narrativas.

Apesar das referências da ciência europeia, o trabalho de Szentmartonyi é o relato de uma experiência pessoal que passa pelos sentidos, os sons da floresta, das línguas faladas pelas diferentes populações que habitavam esse imenso território, dos aromas e texturas das frutas e outras sensações. O autor destaca a localização do rio Uaupés como pontos principais da narrativa, apresentando-se como um agente colonial produzindo conhecimento sobre a zona de fronteira com os domínios espanhóis.

Tomando emprestado uma expressão de Mary Louise Pratt, podemos considerar que essa história se passa em uma sociedade da “zona de contato”. A referida autora utiliza esse conceito para aludir ao “espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas” (1999 p. 31).

O conceito de ‘zona de contato’ nos permite pensar na presença conjunta de indígenas e europeus, no sentido temporal e espacial, antes separados geográfica e historicamente, mas que agora se intercruzavam. Ressalta a interação, na maioria das vezes, improvisada desses personagens, fato suprimido ou ignorado pelos relatos produzidos pelos conquistadores. Em relação à Amazônia colonial, essa perspectiva destaca a forma como nativos e homens de ciência são constituídos nas e pelas suas relações mútuas, compondo uma narrativa em que os personagens atuam em um espaço comum, interagindo, desenvolvendo práticas e compreensões de mundo interligadas, “frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder” (Pratt 1999 p. 32).

A natureza descrita por Szentmartonyi compõe uma região de grandes dimensões, valorizando sua narrativa. Suas viagens entre os núcleos populacionais erigidos pelos portugueses duravam muitos dias. Assim, o autor se esforça para demonstrar que pessoalmente percorreu os caminhos indicados, mostrando-se atento para as questões de interesse da administração colonial, como por exemplo, as potencialidades dos gêneros da terra.

Ao tratar sobre as drogas do sertão, Szentmartonyi deixa claro o tema da abundância encontrada na Amazônia colonial. O esforço em ocupar regiões dominadas por índios guerreiros e hostis seria recompensado pela exploração desses gêneros. Relata episódios como o do encontro com uma “uma montanha abundante em salsa”, onde habitavam os Jabanas e em Inambu, onde há “salsa e serras” e dominam os índios Carnaus. Sobre toda essa área ele diz:

têm muitos índios e é abundante em salsa, acima da qual há uma divisa do rio [...]. [Ali moram] os Madavakas, uma nação numerosa e guerreira, com a sua própria língua; usam armas na guerra, que obtêm dos Holandeses em troca de cativos que eles trazem de vários rios do sertão, especialmente dos Jabanas e Carnaus (Szentmartonyi 1753 p. 36).

Wesley Oliveira Kettle

O projeto de ocupação portuguesa da Amazônia faz uso dos trabalhos científicos dos comissários à medida em que identificam os gêneros da terra. O interesse pela salsa, nesse caso, é apenas um dos muitos exemplos de como os relatos indicavam as potencialidades a serem exploradas. O registro da língua e o poder bélico dos indígenas são temas presentes nesses trabalhos, indicando não apenas as precauções quanto à defesa, mas também os esforços no diálogo para a negociação de cativos.

O relato ainda menciona a atuação dos holandeses na Amazônia, permitindo-nos perceber a pluralidade dos personagens presentes ali, além da circulação de técnicas e ferramentas, questionando a ideia de isolamento das populações indígenas. Daí a necessidade de conhecer a dinâmica da zona de fronteira, a fim de conquista-la e impedir a ocupação por parte de outras nações europeias.

Como podemos observar, o tema da circulação de informações é muito importante para compreender a construção do conhecimento na Amazônia colonial. O historiador Kapil Raj tem contribuído com esse tipo de questão ao pensar sobre o arranjo, reconfiguração e construção do conhecimento local, demonstrando que os saberes locais, embora desarticulados, não assumiram um papel passivo ao se fundirem com os saberes apresentados pelos conquistadores europeus (2007).

Szentmartonyi também enfatiza a importância da obtenção de escravos pelos “rios do sertão” e o processo de negociação com os indígenas. Os índios Madakavas, por exemplo, são descritos habitando um lugar “selvagem” e não “civilizado” ainda mais interior, contrariando a noção de vazio demográfico nas áreas de demarcação (Araújo 2000).

Os Madakavas, bem como os demais grupos indígenas que habitavam a Amazônia no período colonial, não experimentaram o contato com novos saberes apenas quando passaram a se relacionar com os europeus. Isso já vinha acontecendo ao longo dos milênios de ocupação da floresta. Kapil Raj (2007) nos adverte para o fato de que o conhecimento nativo não permaneceu inalterado durante o tempo em que os diferentes grupos indígenas interagem entre si, pelo contrário, ele sempre esteve em mutação.

Apesar de Kapil Raj (2007) analisar a história colonial indiana, os resultados de sua pesquisa nos ajudam a pensar sobre os relatos dos demarcadores coloniais na Amazônia sob uma nova perspectiva. Identificamos que o conhecimento local não se submeteu passivamente aos cânones europeus. Além disso, é importante reconhecermos que a ciência legitimada como Moderna também é tributária dos saberes indígenas.

Wesley Oliveira Kettle

Szentmartonyi deu maior atenção aos sertões do rio Cajari, também denominado de Uaupés. É nessa região que localizamos uma das zonas de fronteira em litígio com a Coroa espanhola. “O primeiro rio”, tributário do rio Negro, era estratégico para os trabalhos das demarcações. Podemos notar a presença de muitas cachoeiras que formavam essa paisagem, bastante diferente do início da viagem.

Prosseguindo com as visões de natureza do astrônomo húngaro, encontramos uma descrição do sertão da região do rio Negro, revelando a presença indígena e a paisagem do lugar:

Depois do Shiaba é o Bativa, que é um pouco maior. Depois desses dois vem uma lagoa e no meio dela pode-se ver muitas praias. Nessa lagoa vive Immo, soberano dos Maribibitanas, irmão de Cucui. Diz-se que aquela lagoa nunca é perturbada por temporais... Do Bativa, o Orinoco é distante tanto quanto Cabuquena de Dari (Szentmartonyi 1753 p. 37).

O relato descreve o sertão repleto de lagoas e “muitas praias”, um espaço habitado pelos indígenas, lugar de interação entre portugueses e ameríndios, aprazível, estratégicos e também suscetíveis aos ataques das populações nativas. Por fim, uma curiosa notícia: “a lagoa nunca é perturbada por temporais”, indicando-nos a atenção para os problemas que as chuvas fortes e os relâmpagos ocasionavam ao percorrerem os rios e o medo, em alguma medida, presente nessa descrição.

Ainda observando os lagos no sertão, Szentmartonyi relata um depois da missão de Dari, que

Em sua fonte, tem um lago ligado a grandes rios, sendo que depois de 200 passos sai-se nas praias do [rio] Japurá. É abundante em puxiri. Ali moram os Manaos, fugitivos das missões, e na própria fonte [do rio], os Makus. Os Makus são uma nação de índios errantes e inconstantes, (...) não plantam mandioca mas pescam, caçam e vivem do amadurecimento sazonal de frutas silvestres (Szentmartonyi 1753 p. 34).

O excerto destaca o rio Japurá que teve grande importância estratégica para os trabalhos de demarcação de limites. Lagos, lagoas e rios são tomados como referência e o tema da abundância aparece novamente, dessa vez se referindo ao puxiri⁵ em abundância, uma especiaria utilizada na culinária para aromatizar os alimentos. Assim, os comissários descrevem a Natureza da região, destacando as drogas do sertão e a relação entre europeus e indígenas em relação à flora e fauna do Vale Amazônico.

Podemos observar com atenção a ênfase sobre o comportamento dos índios Makus. A avaliação negativa está diretamente ligada ao ritmo proposto pela sociedade colonial portuguesa que buscava conquistar a planície amazônica, necessitando de moradores que cultivassem roças. Torná-los

⁵ Também chamado de puxiri.

agricultores que explorassem os gêneros da terra, fixos em uma determinada área, era o desejo dos administradores coloniais. A narrativa científica acompanhava esse discurso.

Os Makus são descritos como “errantes e inconstantes” que negligenciavam o cultivo da mandioca. Alimentavam-se dos resultados de pescarias naqueles lagos e rios, e com o objetivo simples de sua própria subsistência, entravam pelas florestas para caçar e matar a fome do dia, ao contrário do pensamento europeu de acumulação e comercialização dos produtos da terra. Um ritmo de vida diferente.

A parte final das “Notícias do Rio Negro”, elaboradas por Szentmartonyi, descreve muitas cachoeiras difíceis, lagoas e rios. O autor não se contenta em apresentar apenas as margens, mas relata o que se passa subindo o curso dos afluentes. As cores das águas também são citadas e o ouro mais uma vez ganha destaque, chamando a atenção da administração colonial para as potencialidades de uma região que estava longe de ser um vazio demográfico.

Assim, a análise do relato de Szentmartonyi nos permite conhecer não apenas suas visões de natureza, mas percebermos a complexidade da elaboração desse tipo de trabalho, buscando alcançar uma linguagem científica desenvolvida no século XVIII em diálogo com os múltiplos sujeitos envolvidos com as demarcações de limites, permitindo-nos conhecer os pontos que formavam a rede de informações essencial para os anseios do Império Ultramarino português.

CONTEMPLANDO AS “COISAS NATURAIS”: AS DESCRIÇÕES DE BRUNELLI

Giovanni Ângelo Brunelli (1722-1804)⁶, nascido em Bolonha, foi contratado para fazer parte da comissão demarcadora com o objetivo de cuidar das medições astronômicas. Assim como Szentmartonyi, ele também foi autor de relatos sobre o mundo natural. Seus trabalhos almejavam apresentá-lo como homem de ciência capaz de responder aos anseios da Coroa portuguesa, sem deixar de lado seus próprios interesses. Permite-nos também analisar a constituição da rede de informações cada vez mais importante para o contexto político dos Impérios Ultramarinos.

Ainda em Lisboa, Brunelli se mostrava bastante preocupado com a vida que encontraria após atravessar o oceano Atlântico. Em requerimento datado de 1752, o astrônomo pedia ao ministro da

⁶ João Ângelo Brunelli nasceu cidade italiana de Bolonha em 22 de janeiro de 1722. Foi presbítero secular e como astrônomo se tornou membro do Observatório Astronômico da Academia de Ciência do Instituto de Bolonha. Em 1750, com seu irmão Eustachio Zanotti, fez observações sobre um eclipse da Lua, publicadas em 1755 na Revista da Academia bolonhesa. Aos 28 anos de idade foi contratado pelo padre João Álvares de Gusmão, para fazer parte da Comissão Demarcadora de Limites. Retornou a Portugal em 1761, quando passou a exercer o cargo de professor de Aritmética e Geometria na Academia Real da Marinha. Foi também nomeado professor de Filosofia e Matemática no Real Colégio dos Nobres pelo rei D. José I. Em 1769, aposentou-se do Colégio dos Nobres e regressou finalmente a Bolonha. Veio a falecer em 25 de fevereiro de 1804 (Kettle 2015).

Wesley Oliveira Kettle

Corte de Portugal que as condições acordadas em Bolonha, a respeito da expedição de limites, fossem cumpridas de maneira integral, ameaçando cancelar sua participação como comissário:

(...) venho rogar que Vossa Excelência pondere algumas coisas que, se não forem alteradas, não será possível que eu queira expor-me a tantos perigos e fadigas, que necessariamente devem ser encontrados por todos aqueles que estão para ir ao Brasil (Brunelli 2010 p. 502).

A circulação de informações sobre as zonas de fronteira dava aos agentes coloniais notícias sobre essas regiões, criando expectativas e servindo de conteúdo para negociação por parte dos contratados e da administração colonial, o que gerava, muitas vezes, desentendimentos entre as partes. Brunelli valorizava sua condição de detentor do saber científico, solicitando garantias quanto a sua segurança para desempenhar suas tarefas, desafiado por uma natureza ainda desconhecida por ele.

Os questionamentos do astrônomo bolonhês se referem à garantia de que (1) o diretor geral da expedição fosse um dos matemáticos e não “um simples engenheiro”; (2) ele assinasse a Carta Geográfica Geral, produto das expedições, como autor; (3) fosse revisto o valor de seu pagamento, propondo valores “tanto mais razoáveis quanto melhores”; (4) fossem “dados bons instrumentos (...) para as operações astronômicas que devem ser feitas nas expedições” (Brunelli 2010 p. 502-503).

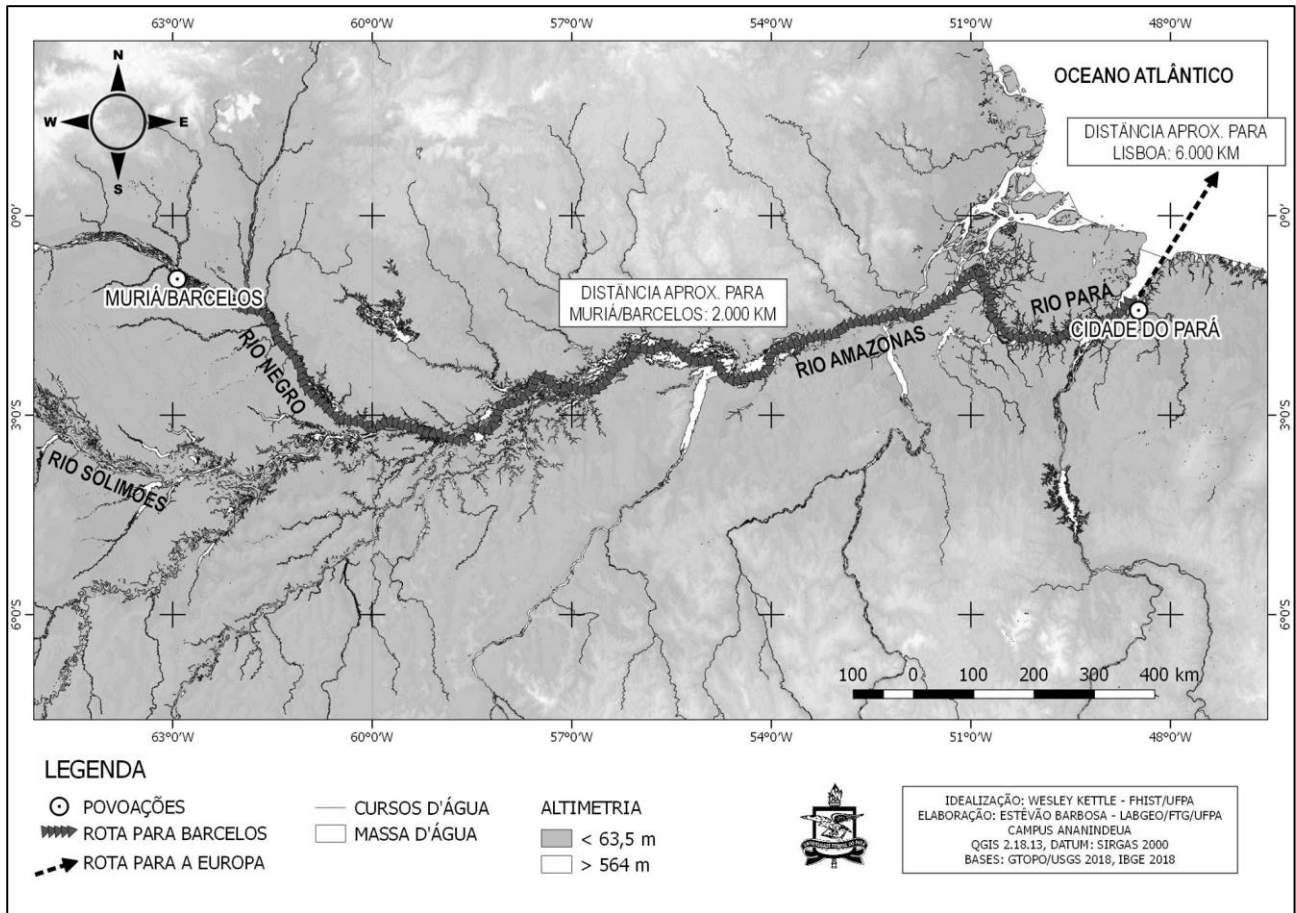
As disputas por posições e nomeações caracterizavam o ambiente do grupo de comissários contratados para as demarcações, evidenciando o aspecto hierárquico dos cargos que cada um ocupava nas expedições de limites. Percebemos também o questionamento de astrônomos-matemáticos em relação ao papel dos engenheiros, representantes de uma nova ciência que buscava se institucionalizar (Papavero et. al 2010 p. 496).

Pouco altruísmo ou desejo por aventura transparecem em episódios como esse. Os comissários estavam preocupados em ocupar espaços de poder, atuando como sujeitos políticos, conscientes de sua utilidade como homens de ciência fundamentais para o sucesso do projeto de ocupação dos Reinos Ibéricos em territórios de conquista no ultramar. Nossa análise de seus trabalhos sobre a natureza nos revelam muito mais que suas percepções sobre o mundo natural, mostrando-nos a complexidade da sociedade colonial.

No contexto das demarcações, Belém, na foz do rio Amazonas, e Mariuá, no alto rio Negro, onde os portugueses se reuniam com os demarcadores espanhóis, destacam-se como pontos indispensáveis para a compreensão do processo de ocupação portuguesa na Amazônia. Em 02 de outubro de 1754, a Comissão de Limites deu início a uma das mais importantes expedições científicas que percorreram a região (Figura 01).

Wesley Oliveira Kettle

Figura 01. Trajeto da expedição de limites



Fonte: O Autor.

A expedição chefiada pelo então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, contava com a presença de Ângelo Brunelli, que produziu um roteiro apresentando suas observações sobre o mundo natural do espaço percorrido, destacando especialmente os lugares onde havia engenhos, igrejas e demais instalações que colaboravam com as estratégias de ocupação colonial.

Foram 85 longos dias de viagem até chegar em Mariuá, com pausas para dormir, rezar e visitar os moradores que desenvolviam negócios pelos sertões da região e abasteciam com alimentos a Comissão. Brunelli tratou de registrar não apenas o caminho a ser percorrido, mas também procurou conhecer e anotar o estágio de desenvolvimento econômico dos engenhos, vilas e povoados visitados, produzindo um relato que permitia aos agentes coloniais terem uma visão panorâmica da região. O trabalho científico assumia, portanto, utilidades que ultrapassavam as questões estritamente técnicas, contribuindo com a dimensão política da expedição.

Os comissários realizaram medições astronômicas, colocação de marcos, elaboração de mapas, registros visuais das paisagens e outras atividades relacionadas com o processo de ocupação portuguesa no Vale, tarefas essas que invariavelmente colocavam os comissários de modo a interagir com a natureza local, apresentando-se como polígrafos, isto é, homens de ciência que transitavam e dialogavam com diferentes saberes (Sanjad & Pataca 2007 p. 431), habilidade prestigiada pelos administradores, que necessitavam compreender o mundo colonial.

Durante as paradas, os comissários identificavam a produção local, observavam a fauna, o clima e tudo mais que pudesse compor uma boa descrição da localidade. O engenho jesuíta de Burajuba, cerca de uma hora distante de Belém, foi a primeira visita da expedição. Segundo o roteiro de Brunelli, ali se produziam açúcar e “muito cacau e café”, contando com mais de sessenta trabalhadores, bem como um lugar chamado ‘Ribeira’, onde fabricavam muitas canoas. (Brunelli 2010 p. 504).

Brunelli havia identificado os temas de interesse dos administradores coloniais, elaborando seu Roteiro nessa perspectiva. A presença de engenhos de açúcar caracteriza a descrição e marca o momento de transformação não apenas da paisagem, com a derrubada de árvores, mas das relações de trabalho dos habitantes da região. O autor está atento ao interesse cada vez maior por madeiras para serem enviadas à Lisboa (AHU 32 3004) e a fabricação de embarcações, especialmente canoas, “simbiose da técnica e do conhecimento indígena e luso-brasileiro” (Domingues 1991 p. 82).

Os relatos dos demarcadores nos permitem observar como ferramentas, técnicas construtivas, rituais religiosos e outras áreas dos saberes europeus se mesclaram com o conhecimento indígena. A historiadora Mary Louise Pratt desenvolve o conceito de transculturação como forma de compreender criticamente as apropriações dos materiais indígenas pelos europeus e também como “grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam [tecnociência] a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana” (1999 p. 30).

A leitura dos relatos dos comissários demarcadores ganha uma nova dimensão quando consideramos a proposta de Mary Louise Pratt. As populações indígenas deixam de ser compreendidas como personagens passivos e reprodutores das técnicas europeias, tornando-se sujeitos ativos na reelaboração da tecnociência. Ainda que subjugadas e enfrentando dificuldades consideráveis para “controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua cultura e no que utilizam” (1999 p. 31).

O ritmo da viagem se confunde com o ritmo das remadas. O viajante descreve a natureza a partir das canoas, percebendo as mudanças de paisagem. O caminho fluvial estreito de repente “alarga-

se e torna-se um grande rio” (Brunelli 2010 p. 504). Tudo é novo aos olhos dos comissários, até mesmo a experiência com o tempo que na viagem é ditada pelas forças da natureza: o tempo das marés, das chuvas e do vento, sem deixar de ter como referência o tempo cronológico, comum aos europeus.

O relato sobre o dia 07 de outubro nos permite observar essa relação com o tempo em interação com a natureza, descrevendo o cotidiano da expedição:

Antes de raiar o dia, com um vento bastante forte e bom, passamos as duas bocas de Marapatá [...] parando no local de [...] com engenho e igreja [...] e a viagem [...] por volta das 5 horas. Depois do almoço, à uma hora, partimos do dito lugar e por volta das 7 horas, sempre prosseguindo por um labirinto de ilhas, atingimos as bocas da terceira baía de Maraguaru (Breunelli 1752 p. 505).

O Roteiro evidencia a estreita relação entre os trabalhos científicos dos demarcadores e a compreensão da natureza. Os indígenas que participavam da expedição não apenas informavam sobre a flora e fauna como garantiam que não se perderiam pelo “labirinto de ilhas e naufragarem por causa das fortes correntezas das largas baías que atravessavam” (Brunelli 2010 p. 505). A preocupação de se perder é marcante não apenas para Brunelli, mas outros comissários também deixaram em seus registros essa inquietação, permitindo-nos percebê-los como indivíduos vulneráveis naquele ambiente.

Szentmartonyi é citado na descrição com o nome de S. Martim, relatando que o astrônomo húngaro havia se dispersado do restante do grupo para ir até Macapá, foz do rio Amazonas, enfrentando “pedras com algum perigo” entre Boa Vista e Maturu, quase no início do Rio Xingu (Brunelli 2010 p. 502). Mais uma vez, identificamos múltiplas atividades executadas pelos comissários que circulavam por diversos pontos do sertão. Junto com eles viajam também as informações, compondo uma espécie de banco de dados que interessava especialmente aos agentes coloniais.

Considerando a dimensão política da expedição, a igreja também ocupava seu espaço na viagem. O então Bispo do Pará, D. Miguel Bulhões havia embarcado em Belém com os oficiais demarcadores, acompanhando-os durante os cinco primeiros dias de viagem. Após realizar “muitas cerimônias, retornou à “capital do Pará”, juntamente “com seu séquito e outros senhores”, a fim de continuar suas atividades eclesíásticas e governar, substituindo Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Brunelli 2010 p. 504).

Além dos astrônomos e engenheiros, outros envolvidos com as demarcações também produziram relatos sobre a Amazônia. Ouvidores, secretário e governadores também registraram suas visões de natureza. Membros importantes do clero também descreveram suas visitas missionárias, atentos para o clima, a vegetação, a participação indígena e a fauna. Brunelli estava observando tudo isso e, incorporando essas preocupações em seus trabalhos.

Wesley Oliveira Kettle

(...) depois de uma grande perda de tempo por causa de índios (...), que precisei substituir, partimos da dita aldeia de Maturu. Pouco depois, entramos num canal de tamanho médio, chamado Aquiqui, parando por volta do meio-dia. (...) Neste canal existem insetos chamados ‘carapanãs’, que são uma espécie de pequenos mosquitos. Numa e noutra margens [...] veem-se campos amplos e sem árvores (Brunelli 2010 p. 507).

O Roteiro não deixa escapar a importância dos indígenas para as expedições de limites, pois eram conhecedores dos caminhos pelos igarapés, lagos e rios a serem navegados, eram a força que movimentava os remos e impulsionavam as canoas, além de caçar, identificar pássaros, frutas comestíveis, localizar espécies vegetais para coleta e alimentação.

O conhecimento do território pelos indígenas foi fundamental para o trabalho das demarcações, não podendo ser considerado menor que o saber europeu. Bruno Latour considera que entre os séculos XVI, XVII e XVIII, por causa dessa interação com os ameríndios, a geografia europeia avançou mais do que em milênios, incorporando ao máximo a “geografia implícita dos nativos” ao “conhecimento universal dos cartográficos”, a partir daí reconhecido como um “conhecimento preciso, certo e fundamentado” (2000 p. 351).

A descrição de “campos amplos e sem árvores”, mostra-nos a presença de diferentes coberturas vegetais, contrariando uma ideia da Amazônia como uma paisagem florestal homogênea (Oliveira et al. 2001). Conheciam essa diversidade quando abandonavam as canoas e, “caminhando por terra firme”, seguiam até que retomassem as embarcações em um ponto seguro do rio. Os indígenas aproveitavam essas oportunidades para fugir mata adentro, obrigando os oficiais da expedição a interromperem a viagem, haja vista que mesmo um único índio representava uma força muito importante nessa empresa (Brunelli 2010 p. 511).

Fora dos gabinetes e palácios, a racionalidade e os protocolos científicos eram desafiados pelo imponderável da floresta e dos rios amazônicos, fazendo com que os homens de ciência construíssem alternativas diante dessa realidade. Defendemos que a ciência desenvolvida na Amazônia nesse período deve ser compreendida nesse movimento, a partir da interação entre os diferentes personagens envolvidos com as demarcações e a natureza.

O DISCURSO CIENTÍFICO DE BRUNELLI SOBRE O RIO AMAZONAS

Dentre os rios navegados pelos comissários, nenhum ganhou tanto destaque nos relatos de Brunelli quanto o rio Amazonas, ocupando papel central no discurso intitulado “De flumine Amazonum” (“Sobre o rio Amazonas”), originalmente escrito em latim, com o intuito de apresentá-lo aos membros da Academia de Bolonha e ser aceito nos círculos científicos europeus. Trata-se de um estudo sobre o que ele considerou como “o maior rio de todo o orbe terrestre”, destacando o curso dos

rios que formam a bacia hidrográfica do Amazonas, especialmente o Negro, desde a região andina peruana até desembocar no oceano Atlântico (Brunelli 2003 p. 524).

Brunelli assume o objetivo de produzir um conhecimento “verdadeiro” e, nesse sentido, inicia o texto prometendo “omitir de propósito” discussões “dúbias ou obscuras”, garantindo aos seus “ótimos companheiros e ouvintes” que escutarão um conteúdo com mais das coisas que ele próprio vivenciou, e menos daquelas contidas em livros ou informadas por terceiros (Brunelli 2003 p. 524).

Identificamos, portanto, a valorização de experiências pessoais, sem deixarmos de observar as práticas de consultar outros relatos e ouvir testemunhos para compor os trabalhos. Assim, esses trabalhos científicos são sobreposições de análises e estudos, buscando sempre autenticidade e originalidade, mesmo que para isso haja manipulação discursiva e pouco ou nenhum reconhecimento de fontes vivas ou bibliográficas consultadas.

O discurso relata alguns animais aquáticos considerados pelo autor comuns na região do rio Amazonas. Um deles é o peixe-boi, descrito por Brunelli como o maior de todos os peixes daquele rio, tendo como referência as espécies conhecidas pelos europeus:

Alimenta-se das ervas que brotam da água perto das margens dos rios, de tal forma que também isso pode parecer semelhante ao boi. Deve ser colocado completamente no gênero dos cetáceos. A fêmea pare os filhotes e alimenta-os com leite. Os machos, enquanto perseguem as fêmeas, tornam-se furiosos e lutam entre si muitas vezes, até que o mais valente e o que mostra as maiores forças consegue a fêmea (Brunelli 2003 p. 528).

A classificação científica das plantas e animais caracteriza o interesse por parte do autor de inscrever seu trabalho no campo das descrições de História Natural, anunciando sua habilidade em ordenar o mundo natural de acordo com o que a ciência europeia julgava ser racional. A descrição do peixe-boi é um exemplo dessa tentativa de apresentar aos círculos intelectuais europeus sua experiência de oito anos na Amazônia, destacando a localização, reprodução e o comportamento em geral.

Como nos adverte Foucault (1966), a classificação das espécies, que parece automática, óbvia, natural e indiscutível, é um código ordenador, uma construção cultural, portanto, artificial. Brunelli, Szentmartonyi e os demais comissários, diante da incômoda sensação provocada pelos mistérios da floresta, buscavam se orientar nominando e organizando a floresta a partir de suas próprias referências, dando-lhes segurança ao estabelecer comportamentos, comparações, identificando lugares, fenômenos; agrupando-os ou mesmo os afastando (Pombo 1998 p. 19).

A classificação praticada pelos comissários fixa “logo à entrada, para cada homem, as ordens empíricas com que ele terá que lidar e em que se há-de encontrar” (Foucault 1966 p. 8), tornando-os menos sensíveis a diferentes compreensões de natureza, produzindo descrições minuciosas e

hierarquizantes, em sintonia ao projeto de institucionalização das ciências. É nesse contexto que os indígenas, negros e luso-brasileiros participantes dos trabalhos científicos são deixados em segundo plano ou mesmo desaparecem dos registros.

Brunelli, assim como outros autores que trabalharam na Amazônia colonial, não acompanharam pessoalmente todos os episódios que relataram. Suas descrições, em grande parte elaboradas a partir das experiências vividas, também são tributárias das notícias que lhes chegavam por meio dos índios, negros, luso-brasileiros, bibliografia consultada e demais pessoas com quem entraram em contato durante o tempo que passaram percorrendo esses sertões. Assim, a rede de informações era fortalecida e conectava os indivíduos envolvidos no processo de colonização, apresentando-se também como uma arena de disputas teóricas e legitimação da memória.

Analisar a trajetória dos comissários demarcadores nos permite perceber como os homens de ciência transitavam “pelo interior de uma rede estreita e frágil”, comparados por Bruno Latour e Steve Woolgar a cupins reunidos em galerias que interligava ninhos a fontes de alimento, aperfeiçoando “a circulação de traçados de todo tipo, aumentando-lhes a mobilidade, a velocidade, a confiabilidade e a capacidade de combinar-se” (1997 p. 377).

As informações que alimentam essa rede não são homogêneas, exigindo daqueles que a compõem a habilidade de tecer conteúdo a partir de elementos tão diferentes, tornando menos importante rotulá-la como redes científicas, técnicas, políticas, econômicas ou administrativas. Esse esforço de construir, ampliar e manter a rede se justifica pelo fato de que os centros de poder agiam à distância, exercendo domínio sobre as zonas em processo de ocupação como a Amazônia (Latour & Woolgar 1997 p. 377).

Esse domínio sobre as colônias, se comparado a hegemonia metropolitana de séculos anteriores, encontra-se enfraquecido, segundo os estudos de Russel-Wood (1998), resultado da fragmentação administrativa própria da organização em capitânias, que concentrava poder nas mãos de um indivíduo com jurisdição na colônia, levando a disputas e desentendimentos entre agentes coloniais que ocupavam cargos de destaque.

Os comissários, conscientes de sua importância nesse contexto, estavam atentos às oportunidades que esse cenário político vulnerável os apresentava. Negociavam as condições e a permanência nos trabalhos de demarcação, com o objetivo de conquistar maiores vantagens em relação àquelas acordadas no ato da contratação e influência política que os beneficiasse economicamente.

Wesley Oliveira Kettle

Além do esforço pela descrição da natureza, um texto que contasse de experiências vividas em campo e estivesse atento para a rede de informações sobre o tema, a partir de bibliografia e informantes poderia pleitear respeito de sua audiência. Brunelli apresenta essas preocupações em seu discurso sobre o rio Amazonas, muitas vezes revelando contentamento ou receio, permitindo-nos captar sua sensibilidade diante da natureza.

O episódio envolvendo uma raia, narrado por Brunelli, ressalta seu testemunho ocular das informações apresentadas. Conta-nos sobre sua anatomia, relatando que algumas espécies são “inofensivas, mas outras podem trazer perigo”, usando a estratégia de se esconderem na areia debaixo da água, geralmente na foz dos rios. Ele alerta para “uma dor tão aguda que aquele que sofrer um ferimento pela raia não duvide que irá se submeter por muito tempo a uma tortura muito atroz” (Brunelli 2003 p. 529).

A descrição do animal é interrompida para relatar o ataque de uma raia a um certo “acompanhante”; conta-nos que “o infeliz” reclamava das dores “com uma voz horrível”, e completa descrevendo o procedimento realizado para amenizar a dor:

Para muitos que estão sofrendo, uma chama acesa de enxofre fervente, umas gotas colocadas no ferimento, com extrema paciência, aquela dor tão grande pouco depois enfraquece, até que, por fim, extinta, o acompanhante estará são e salvo do ferimento sofrido no outro dia (Brunelli 2003 p. 529).

A raia segue em destaque fazendo novas vítimas. Dessa vez, sofrido por “um religioso da Ordem Franciscana”, que foi ferido por esse animal:

Como não pôde, de jeito nenhum, usar as gotas ardentes de enxofre, poucos dias depois sobreveio a gangrena e, enfim, infelizmente, foi obrigado a ir-se embora da vida. Depois desse caso, afastando-me com horror de todo gênero de raias nocivas, nunca mais pude ir aos rios e entrar para lavar o corpo (Brunelli 2003 p. 529).

O discurso revela os personagens com os quais os homens de ciência mantinham contato, ouvindo causos, utilizando o conhecimento que possuíam para enriquecer e compor as descrições científicas. A experiência concreta vivida por todos os envolvidos nas demarcações produziu novas sensações, dores, medos e limitações, transformando e sendo transformados na interação com a natureza. Os comissários que retornaram para Europa, como Brunelli, partiram transformados pela experiência vivida na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ignácio Szentmartonyi foi um importante personagem para o projeto colonizador português. Após muitos desentendimentos com o governador do Grão-Pará e culminando com sua expulsão

Wesley Oliveira Kettle

ordenada pelo Marquês de Pombal pelo fato de ser jesuíta, retornou a Portugal onde permaneceu 17 anos aprisionado, até que foi solto em 1780 seguindo para Viena gozar sua liberdade (Eckart 1987). Estabeleceu muitos contatos durante suas viagens como astrônomo da Comissão e missionário, organizando um conteúdo muito interessante sobre a natureza da Amazônia.

Brunelli encerra seu discurso argumentando que, diante de todos os fatos relatados, não haveria como negar “o quanto esse nosso rio é importante e ultrapassa todos os outros que correm e se desenvolvem em todo o orbe terrestre, de forma que não se possa encontrar nenhum outro que, com esse, de alguma maneira, seja comparável” (Brunelli 2003 p. 529).

Brunelli retornou a Europa em 1761, publicando 30 anos após seu discurso “De flumine Amazonum” nos periódicos da Academia de Ciências de Bolonha (Papavero et al 2010 p. 499). Seus relatos, como vimos, nos permitem analisar seu trabalho como importante personagem da Comissão de Limites, utilizando-se dessa experiência para se apresentar como talentoso homem de ciência, a fim de retornar com prestígio entre os círculos intelectuais em Lisboa e Bolonha.

A análise desses relatos nos permite questionar uma historiografia que ainda reconhece timidamente a importância dos indígenas na constituição da rede de informações em que se basearam os trabalhos científicos não apenas dos comissários demarcadores de limites, mas de outros personagens envolvidos nesse contexto, que também se apropriaram dos saberes e técnicas dessas populações nativas, ainda que em posições desiguais na sociedade colonial. Essa revisão questiona a imagem da Amazônia como região em trevas, sem nenhum tipo de conhecimento organizado.

Os relatos desses homens de ciência também nos permitem desenvolver uma história ambiental desse período, muito apropriada para compreender os aspectos dinâmicos e interdisciplinares que envolvem a relação entre ciência, natureza e história, revelando percepções sobre o mundo natural em constante e profunda mudança ao longo de todo o período colonial, circulando e conectando os diferentes personagens e instâncias que constituíam os Impérios Ultramarinos ibéricos.

Apesar de os destinos diferentes, os chamados “comissários inteligentes” produziram materiais extremamente importantes para estudarmos a história da ciência na Amazônia, compreendendo o aspecto político que assumiram esses trabalhos sobre a natureza. Isso nos permite ampliar o debate e perceber a complexidade das relações que constituíam a sociedade colonial, especialmente na zona de fronteira com as possessões espanholas, contexto em que ciência e natureza se apresentavam como elementos fundamentais e estratégicos para o projeto de ocupação portuguesa da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- Araújo E 2000. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In Del Priore M (org.). *Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado do Brasil em 500 anos*. Campus, São Paulo, 240 pp.
- Brunelli GÂ 2003 [Carta a Francesco Zanotti, em 15/05/1751]. In Mendonça IMG. *Antônio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 892 pp.
- Brunelli GÂ 2010. Requerimento de Brunelli ao Ministro da Corte de Portugal, 1752. In Papavero N et al. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 5(2): 433-533.
- Callon M 1986. Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année sociologique* (1940/1948-), 36: 169-208. 40 pp.
- Coelho MC 2011. *A epistemologia de uma viagem*. Livraria da física, São Paulo. 176 pp.
- Costa MF 2001. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 8(Suppl.): 993-1014.
- Da Costa JW 1942. A Casa de Belfort no Brasil. *Revista do Instituto Heráldico Genealógico*, 9: 373-418.
- Domingues Â 1991. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Instituto de História de Além-Mar. FCSH-UNL, Lisboa. 99 pp.
- Domingues Â 2001. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais; a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História*, 8(1): 823-838.
- Eckart A 1987. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*. Loyola, São Paulo. 298 pp.
- Foucault M 1966. *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Portugalia, Lisboa. 407 pp.
- Kettle WO 2015. *Ciclopes e profetas no Vale Amazônico: visões de natureza no tempo das demarcações (1750-1799)*, PhD Thesis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 369 pp.
- Langer J 1997. O mito de Eldorado: origem e significado do imaginário su-lamericano (século XVI). *Revista de História*, 136: 25-40.
- Latour B & Woolgar S 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 312 pp.
- Latour B 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. Unesp, São Paulo. 438 pp.
- Leite S 1936. *Os jesuítas no Brasil e a medicina*. Separata da Revista Petrus Nominus, Lisboa.
- Leite S 1956. *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil (1544-1760)*. Typografia do Porto, Lisboa.
- Mendonça IMG 2003. *Antônio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 892 pp.

Wesley Oliveira Kettle

Moura CF 2008. *Astronomia na Amazônia no século XVIII [Tratado de Madri]: os astrônomos Szentmártonyi e Brunelli - instrumentos astronômicos e livros científicos*. Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro. 168 pp.

Oliveira AA et al 2001. Florestas sobre areia: Campinaranas e Igapós. In Oliveira AA. *Florestas do rio Negro*. Companhia das Letras, São Paulo. 339 pp.

Papavero N et al 2010. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 5(2): 433-533.

Pombo O 1998. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, 2: 19-33.

Pratt ML 1999. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. EDUSC, Bauru. 393 pp.

Raj K 2007. Relocating modern science: circulation and the construction of knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900. *Springer*, Londres. 285 pp.

Reis ACF 1948. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira Vol. II*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 363 pp.

Russel-wood AJR 1998. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Rev. bras. Hist.*, 18(36): 187-250.

Sanjad N, Pataca EM 2007. As fronteiras do ultramar: engenheiros, matemáticos, naturalistas e artistas na Amazônia, 1750-1820. *Colóquio luso-brasileiro de história da arte*, 7: 425-431.

Szentmártonyi I 2005. Sequente Notitiate de rio Negro [1749-1755]. In Wright RM. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Mercado de Letras/Instituto Socioambiental, Campinas/São Paulo. 319 pp.

Wright RM 2005. *História indígena e do indigenismo no Alto Rio Negro*. Mercado de Letras/Instituto Socioambiental, Campinas/São Paulo. 319 pp.

"Intelligent Commissioners" in the Colonial Amazon: Science and nature at the time of the demarcations (1750-1799)

ABSTRACT

Since the signing of the Treaty of Madrid in 1750, the Iberian monarchies hired and sent to the Amazon men of science capable of carrying out the work of demarcating the borders between the possessions of Spain and Portugal. Their reports constitute an important documentary set for the history of science in colonial Amazonia. From these sources, we selected the works of Ignácio Szentmártonyi and João Ângelo Brunelli, astronomers who are members of the Demarcating

“Comissários Inteligentes” na Amazônia Colonial:
Ciência e natureza no tempo das demarcações (1750-1799)

Wesley Oliveira Kettle

Commission, to analyze how these characters described the nature attentive to the scientific language, participating in the network of information on the territories of conquest of the Portuguese Overseas Empire.

Keywords: Demarcation of Boundaries; Nature; Colonial Amazon.

Submissão: 21/01/2018

Aceite: 23/04/2018